

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0011125-23.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
Requerente: **VERONICA GERALDA GONÇALVES**  
Requerido: **Seguros Sura S.A. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido da segunda ré um aparelho de telefonia celular, além de formalizar o seu respectivo seguro junto à primeira ré.

Alegou ainda que na ocasião a vendedora que a atendeu garantiu que o seguro cobriria qualquer espécie de furto.

Salientou que passado algum tempo o aparelho foi subtraído da posse de sua neta, mas a respectiva indenização lhe foi negada sob o argumento de que a espécie contemplou um furto simples, ao passo que o seguro abarcava apenas casos de roubo e furto qualificado.

A segunda ré é revel.

Citada pessoalmente (fl. 21), não ofertou contestação (fl. 79) ou justificou sua inércia, reputando-se em consequência verdadeiros quanto a ela os fatos articulados pela autora (art. 20 da Lei nº 9.099/95).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mérito, alguns dados trazidos à colação são incontrovertidos.

Não pairam dúvidas nesse sentido quanto à contratação por parte da autora de um seguro de aparelho de telefonia celular comprado na segunda ré, a exemplo de sua subtração durante a vigência daquele contrato.

O argumento de que a situação atinaria a mero desaparecimento do bem não pode ser aceita, seja porque ele ao que consta estava no interior de uma bolsa, seja porque o evento sucedeu em local destinado a grandes eventos.

De todo compatível, portanto, a tese de que o bem foi furtado.

É certo, outrossim, que a primeira ré se recusou a pagar a cobertura contemplada no instrumento para o ressarcimento da subtração do aparelho.

Assentadas essas premissas, é necessário estabelecer de início se a primeira ré tinha lastro a negar o pagamento pleiteado pela autora.

Quanto ao assunto, ela destacou que a espécie não atinaria a furto qualificado e sim quando muito a furto simples, de sorte que não haveria cobertura no contrato para o pagamento pleiteado.

Reputo que não assiste razão à ré no particular.

Com efeito, a jurisprudência em casos dessa natureza tem chamado a atenção para a ausência de qualificação técnica do homem médio (nada denota que a autora não ostentasse condição dessa ordem) para diferenciar qual a espécie de furto o beneficiaria, resolvendo-se a situação em seu favor.

Assim já se decidiu, destacando-se a vulnerabilidade do consumidor como fator a ser analisado para fins de constatação da abusividade de cláusulas restritivas:

*“RECURSO ESPECIAL - CONTRATO DE SEGURO - RELAÇÃO DE CONSUMO - CLÁUSULA LIMITATIVA - OCORRÊNCIA DE FURTO QUALIFICADO ABUSIVIDADE - IDENTIFICAÇÃO, NA ESPÉCIE - VIOLAÇÃO AO DIREITO DE INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR - RECURSO ESPECIAL PROVIDO. I - Não há omissão no aresto a quo, tendo sido analisadas as matérias relevantes para solução da controvérsia. II - A relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo e, portanto, impõe-se que seu exame seja realizado dentro do microssistema protetivo instituído pelo Código de Defesa do Consumidor, observando-se a vulnerabilidade material e a hipossuficiência processual do consumidor. III - A circunstância*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

de o risco segurado ser limitado aos casos de furto qualificado exige, de plano, conhecimentos do aderente quanto às diferenças entre uma e outra espécie de furto, conhecimento esse que, em razão da sua vulnerabilidade, presumidamente o consumidor não possui, ensejando-se, por isso, o reconhecimento da falha no dever geral de informação, o qual constitui, é certo, direito básico do consumidor, nos termos do artigo 6º, inciso III, do CDC. IV - A condição exigida para cobertura do sinistro - ocorrência de furto qualificado - por si só, apresenta conceituação específica da legislação penal, cujo próprio meio técnico-jurídico possui dificuldades para conceituá-lo, o que denota sua abusividade. Precedente da eg. Quarta Turma. V - Recurso especial provido.” (STJ - REsp nº 1293006/SP, Terceira Turma, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, j. em 21/06/2012 - grifei).

“Seguro Residencial - A instituição financeira, que intermediou o contrato de seguro firmado com o segurado, é parte legítima para figurar no polo da ação de cobrança da indenização securitária, se com sua conduta fez incutir no consumidor a responsabilidade pelo pagamento. Ilegitimidade afastada - Negativa de cobertura ante ao argumento de que ocorreu furto simples - Cláusula contratual que desafia o conhecimento técnico jurídico do consumidor - Abusividade constatada. Tem a seguradora o dever de informar ao segurado, quando da contratação, acerca das restrições existentes em sua hipótese, cientificando-o até mesmo das hipóteses de furto simples e de furto qualificado, para que o contratante possa bem avaliar as condições da apólice. Afinal, ao aderente sem conhecimento jurídico não é dado presumir que saiba diferenciar tais situações. Havendo a ocorrência de furto qualificado, hipótese abrangida no âmbito da cobertura securitária, não se justifica a negativa de pagamento do seguro pela seguradora, razão por que cabe a esta indenizar o segurado, impondo-se a procedência do pedido inicial. Apelo provido.” (TJ-SP - Apelação nº 0041424-13.2009.8.26.0000, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Ramon MATEO JUNIOR, j. em 19/02/2014 - grifei).

Essas orientações aplicam-se *mutatis mutandis* ao caso dos autos, de sorte que se reconhece o direito da autora à cobertura pela subtração do objeto noticiado.

Como se não bastasse, é relevante notar que a autora quando da propositura da demanda asseverou que a vendedora da segunda ré garantiu o ressarcimento em qualquer tipo de subtração.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Chegou inclusive a indagar sobre o caso de uma conhecida que teve o celular furtado de sua bolsa, obtendo a confirmação de que o ressarcimento sucederia mesmo assim.

Como a segunda ré é revel e a primeira não refutou específica e concretamente esse fato, impõe-se reconhecer que aconteceu no mínimo a inobservância de um dos direitos básicos do consumidor previsto no art. 6º do CDC, qual seja o da *“informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”*.

Discorrendo sobre o tema, ensina **CLÁUDIA LIMA MARQUES**:

*“O direito à informação é corolário do princípio da confiança, pois o produto e serviço que informe seus riscos normais e esperados é um produto que desperta uma expectativa de um determinado grau esperando de 'segurança'. A utilidade do direito à informação inicia na efetividade do direito de escolha do consumidor (Art. 6, I), como causa inicial do contratar, e acompanha todo o processo obrigacional, na segurança esperada por este equilíbrio informado dos riscos e qualidades, até seu fim, que é satisfação das expectativas legítimas do consumir um produto ou serviço sem falhas de segurança (causa final)”* (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Revista dos Tribunais, 3ª edição, p. 250).

A informação, ademais, e nos termos de decisão do Colendo Superior Tribunal de Justiça, *“deve ser correta (=verdadeira), clara (=de fácil entendimento), precisa (=não prolixa ou escassa), ostensiva (=de fácil constatação ou percepção) e ... em língua portuguesa”* (REsp. 586.316/MG).

Ora, fica claro pelo relato de fl. 01 – sequer refutado, repita-se – que a autora acreditou no que lhe disse a vendedora que a atendeu dando conta de que em qualquer espécie de subtração ela seria ressarcida, não podendo agora ser prejudicada por entendimento contrário.

A conjugação desses elementos denota que sob qualquer ângulo de análise a conclusão será a mesma, vale dizer, que a autora faz jus à indenização postulada.

A única ressalva envolve o desconto da franquia de 15% (fl. 10), cabendo assim à autora a importância de R\$ 1.274,15.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés a pagarem à autora a quantia de R\$ 1.274,15, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2017 (época do furto em pauta), e juros de mora, contados da citação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**